

O IMPACTO DA QUALIDADE DAS INSTITUIÇÕES NO CRESCIMENTO ECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS DO ESPÍRITO SANTO

Sávio Bertochi Caçador

Doutorando em Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

E-mail: sbcacador@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-4056-8202>

Edson Zambon Monte

Doutor em Engenharia Ambiental pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

Professor adjunto do Departamento de Economia da Ufes.

E-mail: edsonzambon@yahoo.com.br

 <https://orcid.org/0000-0002-6878-5428>

Robson Antonio Grassi

Doutor em Economia da Indústria e da Tecnologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor titular do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

E-mail: ragrassi@uol.com.br

 <https://orcid.org/0000-0003-3735-3427>

Como citar este artigo: Caçador, S. B., Monte, E. Z., & Grassi, R. A. (2022). O impacto da qualidade das instituições no crescimento econômico dos municípios do Espírito Santo. *Revista de Economia Mackenzie*, 19(2), 275–300. doi:10.5935/1808-2785/rem.v19n2.p.275-300

Recebido em: 26/06/2022

Aprovado em: 16/08/2022



Este artigo está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição Não Comercial 4.0 Internacional

Resumo

O Espírito Santo é reconhecido nacionalmente como exemplo de evolução institucional e de melhoria constante na qualidade das suas políticas públicas nas últimas décadas, mas ainda não havia um estudo deste tipo sobre seus municípios. O objetivo deste trabalho é verificar se a qualidade das instituições municipais capixabas influencia positivamente suas taxas de crescimento, utilizando-se dados de 2000 e de 2010. Em relação à estratégia empírica, adota-se o método de Mínimos Quadrados em Dois Estágios, fazendo o uso de modelos de regressão para dados de corte transversal (regressões específicas para os anos de 2000 e 2010) e dados em painel (usando um painel de efeitos fixos individuais). Os resultados revelam que a qualidade das instituições teve impacto positivo no crescimento dos municípios capixabas em ambos os modelos.

Palavras-chave: crescimento econômico; dados de corte transversal; dados em painel; economia capixaba; instituições.

Classificação *JEL*: O43, R10, C23.

INTRODUÇÃO

O estado do Espírito Santo tem se destacado no contexto nacional pelo fato de apresentar a melhoria das suas instituições, o que se reflete no desempenho acima da média em vários tipos de políticas públicas, quando comparado com outras Unidades da Federação (UF). Já há suficiente evidência empírica sobre esse fato, inclusive notada nos mais diversos meios de comunicação, como Canzian (2018), que mostrou que o estado apareceu em quinto lugar no *Ranking* de Eficiência dos Estados elaborado pelo jornal *Folha de S.Paulo*, e o Instituto de Desenvolvimento Educacional e Industrial do Espírito Santo – Ideies (2020), que elencou sua boa posição em diversos *rankings* nacionais. O estado tem obtido e exibido para todo o país bons resultados em várias políticas públicas, nas áreas fiscal, de saúde, educação e segurança pública, além de se destacar quanto à transparência na execução dessas políticas públicas.

Contudo, ainda não existe um estudo mais aprofundado sobre as questões institucionais nos municípios capixabas. Olhando para esse corte analítico, pode-se dizer que o estado do Espírito Santo apresenta uma grande disparidade de no produto interno bruto (PIB) *per capita* entre os seus municípios. A diferença entre os municípios com o maior e o menor PIB *per capita* passou de

1.461%, em 2000, para 4.653%, em 2010, segundo dados do Instituto Jones dos Santos Neves – IJSN (2022). Nesse contexto, uma pergunta relevante de pesquisa é:

- Quais são as causas dessa diferença de crescimento econômico?

Uma possível explicação para essas disparidades nas taxas de crescimento do PIB *per capita* advém da Nova Economia Institucional (NEI). Estudos empíricos nesse campo teórico encontram correlação e causalidade entre a qualidade das instituições e o PIB *per capita*. Conforme a NEI, as instituições afetam a renda e seu crescimento por meio da distribuição de poder político, da geração de oportunidades econômicas, do estímulo à inovação e à acumulação de capital humano, além de outras vias, como ressaltado por Acemoglu et al. (2001, 2002, 2005) e Acemoglu e Robinson (2012, 2019).

Entender como essas variáveis se relacionam é fundamental como suporte para as decisões de política econômica. Identificar as causas das desigualdades regionais é condição importante para reduzi-las. De fato, estudos empíricos comparando várias nações e regiões apresentam evidências de que a formação e o desenvolvimento das instituições são pontos-chave para se entender o processo de crescimento nos diferentes países e regiões. Estudos realizados para municípios e regiões do Brasil, como Naritomi et al. (2012) e Nakabashi (2020), chegaram a resultados semelhantes.

No caso específico dos municípios capixabas, um exemplo de melhora na qualidade das instituições vem da capital Vitória que, desde a gestão de Vitor Buaiz (1989-1993), tem experimentado sucessivamente boas gestões, o que resultou na terceira colocação entre as capitais no *ranking* de competitividade dos municípios (Centro de Liderança Pública [CLP], 2021). Esse bom momento culminou no lançamento do “Vitória do Futuro: 1996-2010”, plano estratégico da cidade, que influenciou outras gestões municipais capixabas a pensar e planejar os rumos de suas localidades.

Nesse contexto, o objetivo desta pesquisa consiste em verificar se a qualidade das instituições municipais afeta positivamente o crescimento dos municípios do estado, tomando como base o arcabouço teórico da NEI. Para tanto, utilizam-se dados de 2000 e de 2010. Em relação à metodologia, para controlar o problema da endogeneidade das instituições, adota-se o método de Mínimos Quadrados em Dois Estágios (MQ2E), fazendo o uso de modelos de regressão para dados de corte transversal (regressões específicas para os anos de 2000 e 2010) e dados em painel (usando um painel de efeitos fixos individuais).

O PIB *per capita* é a *proxy* utilizada para mensurar o nível de crescimento econômico de cada município, e o Índice de Qualidade Institucional Municipal (IQIM) foi a *proxy* empregada para mensurar a qualidade das instituições locais. Cabe lembrar que o Espírito Santo ainda carece de trabalhos empíricos nas mais diversas áreas, incluindo os estudos relacionados à qualidade das instituições e ao crescimento econômico, sendo esta a principal contribuição científica deste trabalho. Ressalta-se ainda que a maioria dos trabalhos que tratam das relações entre instituições e crescimento adota dados do tipo corte transversal. Este trabalho busca avançar, fazendo uso também de dados em painel.

Os resultados evidenciam que o indicador de qualidade das instituições empregado (IQIM) é importante para explicar diferenças no nível de crescimento dos municípios capixabas, mesmo quando se controla para o problema da endogeneidade e para outras variáveis como capital físico e capital humano. Adicionalmente, os resultados apontam que o capital humano e o capital físico impactam positivamente o crescimento econômico dessas localidades. No mais, analisando-se o IQIM, verifica-se que, em média, a qualidade das instituições tem melhorado nos municípios do Espírito Santo.

Além da introdução, este trabalho contém mais cinco seções. A segunda seção apresenta a revisão de literatura, destacando a relação entre instituições e crescimento econômico. A terceira apresenta o contexto institucional dos municípios do Espírito Santo. A quarta seção apresenta a metodologia, a base de dados e a estratégia empírica. A quinta aborda os resultados das estimativas. Por fim, apresentam-se as considerações finais.

1

INSTITUIÇÕES E SEUS EFEITOS SOBRE O CRESCIMENTO ECONÔMICO

■ 1.1 Síntese dos elementos teóricos

Há algum tempo se aceita a ideia de que “boas” instituições e estruturas de incentivos adequadas são uma condição importante para o crescimento econômico bem-sucedido (World Bank, 2002). Os estudos de Rodrik et al. (2004), Acemoglu et al. (2005), Shirley (2008), Acemoglu e Robinson (2012, 2019) e Durlauf (2020) tratam do tema instituições e seus impactos no crescimento.

Acemoglu et al. (2005) propõem que as instituições econômicas – entendidas como os aspectos das regras da sociedade que dizem respeito às transações econômicas – são relevantes na determinação do crescimento econômico, pois moldam os incentivos dados aos agentes na sociedade e influenciam investimentos em capital físico, em capital humano e em tecnologia, e a organização da produção. Essas instituições não somente determinam o desempenho da economia, mas também a distribuição de recursos no futuro.

Além disso, Acemoglu et al. (2005) defendem que as instituições são determinadas por escolhas coletivas da sociedade e, portanto, são endógenas, e a distribuição de poder político entre os grupos determina quais interesses irão prevalecer. Os autores distinguem o poder político *de jure* do *de facto*. O poder político *de jure* consiste no poder oriundo das instituições políticas – entendidas como os aspectos das regras da sociedade que dizem respeito à atribuição do poder político e às restrições ao exercício do poder político – em vigor na sociedade, que determinam os limites e os incentivos aos agentes na esfera política. Assim, as instituições políticas afetam a definição do poder político *de jure*.

Contudo, o poder político não é determinado exclusivamente pelas instituições políticas. Um indivíduo pode possuir poder político, mesmo que este não lhe seja atribuído pelas instituições políticas. Essa segunda classificação do poder político – poder político *de facto* – depende primordialmente da distribuição de recursos, uma vez que os grupos que dispõem de recursos econômicos têm maior facilidade em resolver seus problemas coletivos e impor suas vontades à sociedade.

Como as instituições políticas, bem como as instituições econômicas, são frutos de escolhas coletivas, surge uma tendência inercial. As instituições políticas atribuem determinado poder político *de jure* aos agentes ou grupos, que passam a influenciar a evolução dessas instituições. Tais grupos irão, geralmente, optar pela manutenção das instituições que lhes concedem poder, levando à persistência das instituições políticas vigentes (Acemoglu et al., 2005).

Entretanto, o poder político *de facto* pode ocasionar mudanças nessas instituições. A distribuição de poder político *de facto*, determinada primordialmente pela distribuição dos recursos econômicos, pode simplesmente modificar a forma como funcionam as instituições políticas existentes. Ou seja, a estrutura de poder *de facto* pode influir sobre a forma como as leis estabelecidas são ou não respeitadas.

Dessa forma, se as instituições realmente constituem o principal determinante do crescimento econômico, é preciso entender os padrões observados

dentro de uma região. Nesse sentido, o estudo dos municípios capixabas realizado neste artigo permitirá, em particular – em razão da constância das macroinstituições¹ no território e por conta do caráter fortemente centralizado da Federação brasileira –, avançar no entendimento das diferenças locais entre os papéis de instituições *de facto* e *de jure*.

■ 1.2 Síntese dos principais estudos empíricos no Brasil

A análise da relação entre instituições e crescimento econômico requer cuidado, uma vez que regiões mais desenvolvidas economicamente são mais aptas a sustentar melhores arcabouços institucionais, ou seja, é possível que haja uma causalidade reversa entre instituições e desenvolvimento econômico, sendo esse fenômeno conhecido como endogeneidade das variáveis explicativas. A endogeneidade das instituições torna necessária a busca por fontes exógenas de variação das instituições para a realização de análises empíricas. Grande parte da literatura busca na história e na geografia tais fontes exógenas de variação.

Naritomi et al. (2012) analisaram os determinantes das instituições locais no Brasil, no ano 2000, estimando modelos por meio do método de MQ2E. A *proxy* para qualidade institucional foi o IQIM, elaborado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Eles mostraram que a qualidade institucional e a distribuição de terras foram parcialmente herdadas das histórias coloniais vivenciadas por diferentes áreas do país. O ciclo da cana-de-açúcar – caracterizado por uma sociedade oligárquica – estava associado com mais desigualdade na distribuição de terra. Já o ciclo do ouro – caracterizado por uma presença fortemente ineficiente do Estado português – estava associado a pior governança e acesso à justiça.

Pereira et al. (2012) estudaram o caso dos municípios do Paraná, usando dados do ano 2000. A *proxy* utilizada para qualidade institucional foi o IQIM. Eles constataram, estimando modelos por meio de MQ2E, que as instituições são relevantes para explicar o diferencial de renda nos municípios paranaenses, ou seja, quanto melhores as instituições de cada município, maior a sua renda.

Nakabashi et al. (2013) avaliaram os efeitos que as instituições exercem sobre o nível de PIB *per capita* dos municípios brasileiros, no ano 2000, usando

1 Na literatura institucional, macroinstituições são entendidas como sistema político, índices de democratização, risco de expropriação de investimento privado estrangeiro, sistema judiciário, restrições ao poder executivo, tradição jurídica, entre outros.

MQ2E. Os autores adotaram o IQIM como *proxy* para a qualidade institucional. As variáveis instrumentais utilizadas para mensurar a qualidade institucional dos municípios foram: 1. latitude; 2. temperatura média anual; 3. média de chuvas anual; e 4. fracionamento étnico. Os resultados mostraram que a diferença nas instituições municipais é elemento crucial para se entender a diversidade de renda *per capita* entre os municípios.

Leivas et al. (2015) verificaram a importância da geografia para o desempenho econômico dos municípios brasileiros, no período de 2000 a 2010. O IQIM foi utilizado como *proxy* para a qualidade institucional. Os autores adotaram o modelo *Spatial Durbin*, que, além de lidar com o problema da dependência espacial, permite avaliar as externalidades institucionais. Os resultados sugeriram que os municípios que possuem vizinhos com maior qualidade institucional apresentaram pior desempenho em termos de crescimento econômico.

Ribeiro et al. (2017) analisaram a relação entre o desenvolvimento socioeconômico e o arranjo institucional dos municípios do estado de Minas Gerais, em 2009. Os autores usaram como metodologia a Análise de Correspondência associada à análise de Regressão Ponderada Geograficamente (RPG). O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – IFDM (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, s. d.) foi utilizado como indicador de desenvolvimento. Os resultados revelaram uma associação direta entre os municípios que possuem mais instrumentos institucionais formais, como programas de geração de trabalho e renda e políticas de apoio ao primeiro emprego, e altos níveis do IFDM.

Niquito et al. (2018) investigaram o papel das instituições e do capital humano no crescimento econômico dos municípios brasileiros. Eles usaram dados *cross-section* do IQIM para 2000, escolaridade média acima de 25 anos para 2010 e renda domiciliar *per capita* para 2010, para estimar regressões por MQ2E usando proporção de negros e pardos em 1872 e a razão entre professores e população em 1996 como instrumentos. Foram encontradas evidências robustas de que a qualidade institucional tem efeito sobre a renda *per capita*, mas não se constataram evidências robustas do papel do capital humano sobre a renda *per capita*.

O estudo de Leão et al. (2020) teve dois objetivos complementares. O primeiro foi avaliar a *performance* institucional dos municípios brasileiros por meio da elaboração do Indicador de Desenvolvimento Institucional Municipal (Idim), para 2013, 2014 e 2015; o segundo foi compreender o impacto desse indicador sobre o PIB *per capita* municipal, em 2014. Para tanto, utilizou-se

uma combinação de técnicas de análise multivariada e de MQ2E. Os resultados sugeriram que o indicador teve efeito positivo sobre o nível do PIB *per capita* dos municípios brasileiros.

Nakabashi (2020) realizou uma análise da qualidade institucional no crescimento das regiões brasileiras, utilizando dados do primeiro censo (1872) como variável instrumental. O trabalho empregou a técnica de MQ2E para mensurar o impacto da qualidade institucional no PIB *per capita*, de 2000, das regiões brasileiras. A *proxy* utilizada para qualidade institucional foi o IQIM. Os resultados empíricos sugerem que as instituições são cruciais no crescimento regional e que o principal canal é via produtividade.

Em síntese, alguns pontos dessa literatura empírica sobre a relação entre instituições e crescimento econômico no Brasil merecem destaque: 1. os objetos de análise são diversos, com variados estudos comparativos de estados e de municípios, o que é positivo, mas não exaustivo, dada a diversidade histórica e institucional dos estados e municípios brasileiros; 2. a maioria dos estudos utiliza dados contemporâneos para mensurar a qualidade institucional, desconsiderando eventuais impactos de fatos e dados históricos, o que é um elemento importante na metodologia da abordagem institucional; 3. o IQIM é a variável mais usada para mensurar a qualidade das instituições e tem se portado bem nos testes empíricos realizados; 4. muitas das pesquisas empregam a técnica de MQ2E para dados *cross-section*, que trata do problema da endogeneidade das instituições; 5. parte substancial dos trabalhos investiga os impactos das instituições no PIB *per capita*, focando, portanto, o crescimento econômico.

2

CONTEXTO INSTITUCIONAL DOS MUNICÍPIOS DO ESPÍRITO SANTO

O objetivo desta seção é apresentar dados e informações sobre os municípios capixabas, ressaltando aspectos relacionados a destaques em *rankings* nacionais e a questões institucionais. No caso de *ranking* de competitividade dos municípios, feito pelo CLP em 2021, com dados de 2020, Vitória apareceu em quinto lugar no Brasil, com destaque nos quesitos capital humano, inovação e dinâmica econômica, e acesso à saúde. Outras cidades do Espírito Santo também se destacaram nesse *ranking*, como Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Linhares, Serra e Vila Velha, que ficaram entre as 200 mais competitivas do país.

Em termos de transparência, Linhares é destaque nacional. Na avaliação, feita pela Controladoria-Geral da União – CGU (2021), a cidade do norte capixaba apareceu no topo desse *ranking* com nota máxima, que é 10. Outros municípios também se destacaram com nota superior a 9, como Serra, Vila Velha, Cariacica, Cachoeiro de Itapemirim, Vitória e São Mateus.

Ademais, a Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes, 2021) elaborou o Indicador de Ambiente de Negócios (IAN), que se propõe a mensurar, acompanhar e oferecer formas de melhorias no ambiente de negócios das cidades capixabas. O IAN analisa dez categorias (condições urbanas, segurança pública, transporte, acesso ao crédito, diversidade econômica, inovação, tamanho de mercado, educação, qualificação da mão de obra e saúde) e 39 indicadores, numa escala de 0 a 10. A Findes (2021) apresentou os dados gerais do IAN em 2019, 2020 e 2021, e mostrou que houve evolução no ambiente de negócios nos municípios capixabas nesse período.

Como bem ressalta Naritomi (2007, p. 12): “Potenciais impactos de instituições locais sobre o desenvolvimento no Brasil captam efeitos do ambiente institucional *de facto* dentro de um mesmo arcabouço institucional *de jure*”. Nesse contexto, como medida da qualidade das instituições municipais do Espírito Santo, este estudo adota o IQIM, assim como já foi feito por Naritomi et al. (2012), Pereira et al. (2012) e Nakabashi et al. (2013).

A metodologia do IQIM foi elaborada pelo MPOG (2002), e calculou-se o indicador para os 5.507 municípios brasileiros existentes no período 1997-2000. Esse indicador compreende três esferas da administração municipal, como fica elucidado na Tabela 1.

Tabela 1

Componentes do IQIM

Componentes	Indicadores	Peso
Grau de participação (33%)	Existência de Conselhos	4%
	Conselhos Instalados	4%
	Conselhos Paritários	7%
	Conselhos Deliberativos	7%
	Conselhos que administram Fundos	11%

(continua)

Tabela 1

Componentes do IQIM (conclusão)

Componentes	Indicadores	Peso
Capacidade Financeira (33%)	Existência de Consórcios	11%
	Receita Corrente x Dívida	11%
	Poupança real <i>per capita</i>	11%
Capacidade Gerencial (33%)	IPTU ano da planta	8%
	IPTU Adimplência	8%
	Instrumentos de Gestão	8%
	Instrumentos de Planejamento	8%

Fonte: MPOG (2002).

A escala de pontuação do IQIM varia de 1 a 6, de modo que quanto mais próximo de 1, pior é a qualidade institucional de um município, e quanto mais próximo de 6, melhor ela é. Essa pontuação é dada pela Equação (1):

$$MI_i = \left[\left(\frac{X_i - \text{Menor } X}{\text{Maior } X - \text{Menor } X} \right) \times 5 \right] + 1 \quad (1)$$

em que MI_i é o valor de cada microíndice para o município i , e X_i é o dado observado para aquele microíndice no município i . Na construção do microíndice, consideram-se o menor e o maior valor de X_i , encontrados na amostra, realizando-se uma espécie de ponderação.

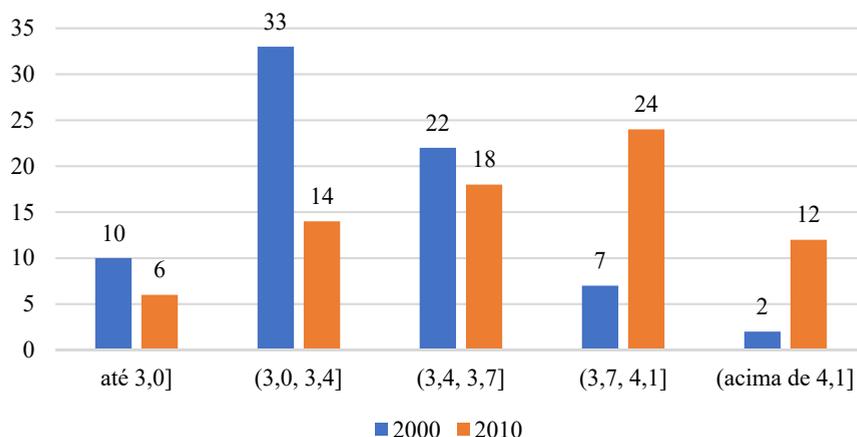
Neste artigo, para o ano de 2000, empregam-se os dados do MPOG (2002), e, para o ano de 2010, utilizou-se o IQIM calculado por Santana e Barreto (2016). A Figura 1 apresenta o histograma do IQIM dos municípios capixabas em 2000 e 2010. Podem-se destacar os seguintes aspectos:

- **2000:** a média do IQIM das cidades capixabas foi de 3,3, e grande parte delas se encontra nas classes até 3,0] e (3,0, 3,4], ou seja, qualidade institucional abaixo da média.

- 2010: a média do IQIM das cidades capixabas foi de 3,6 (aumento de 9,1% em relação a 2000) e a maior parte delas se encontra na classe (3,4, 3,7] e acima, isto é, qualidade institucional acima da média.

Figura 1

Histograma do IQIM dos municípios capixabas – 2000 e 2010



Fonte: Elaborada pelos autores a partir de MPOG (2002), dados de 2000, e Santana e Barreto (2016), dados de 2010.

Dando continuidade à análise estatística, a Tabela 2 relaciona o histograma do IQIM dos municípios capixabas com sua participação relativa no PIB estadual em 2000 e 2010. A Tabela 2 mostra que, em 2000, os municípios com menor IQIM (abaixo de 3,4) possuíam 51% do PIB estadual, ao passo que, em 2010, os municípios capixabas com maior qualidade institucional possuíam 95% do PIB estadual. Em outras palavras, esses dados indicam que em um período de dez anos a média do IQIM melhorou nos municípios do Espírito Santo.

Tabela 2

Participação no PIB estadual dos municípios do Espírito Santo em função do histograma do IQIM – 2000 e 2010

Classes	2000	2010
até 3,0]	27%	1%
(3,0, 3,4]	24%	4%
(3,4, 3,7]	8%	6%
(3,7, 4,1]	7%	32%
(acima de 4,1]	34%	57%
Total	100%	100%

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de MPOG (2002), dados de 2000, e Santana e Barreto (2016), dados de 2010.

Uma vez que observado o IQIM, em média, houve uma melhoria na qualidade das instituições dos municípios capixabas no período estudado, cabem alguns comentários sobre as possíveis origens desse movimento. Por exemplo, já nos anos 1990, a capital Vitória possuía experiência bem-sucedida de planejamento. De acordo com Ferreira et al. (2018), o “Vitória do Futuro”, Plano Estratégico de Vitória publicado em 1996, foi uma das iniciativas pioneiras no Brasil e, pelo ineditismo do processo na cidade, apresentou grande relevância para os estudos urbanos. Contribuiu também para o relativo sucesso e para a difusão do planejamento estratégico no Espírito Santo a notória disparidade entre a situação da administração da capital e a acentuação da crise vivida pelo governo do estado naquele momento.

Além disso, Ferreira et al. (2018) salientaram o papel difusor de boas práticas de gestão que o “Vitória do Futuro” exerceu para outros municípios capixabas nos anos seguintes, o que pode ser um dos fatores para a melhora na qualidade das instituições nessas localidades entre 2000 e 2010.

Por fim, o estudo de Dias et al. (2018) investigou a influência dos investimentos públicos sobre a recondução dos prefeitos dos municípios do Espírito Santo, entre 2001 e 2012. Por meio da metodologia de regressão logística, os autores identificaram que os eleitores capixabas reelegem os prefeitos que promovem incrementos relativos de investimentos públicos no período próximo às eleições. Isso sinaliza: 1. aumento nos investimentos públicos municipais, o que tende a melhorar a qualidade de vida da população; 2. continuidade de boas gestões e de boas políticas públicas; 3. os itens 1 e 2 refletem na melhora

da qualidade institucional, conforme mostraram os dados anteriores do IQIM para os municípios capixabas, para os anos de 2000 e 2010. Em suma, a partir de análise do IQIM e de outras evidências empíricas, a qualidade das instituições tem melhorado, em média, nos municípios capixabas.

3

BASE DE DADOS E ESTRATÉGIA EMPÍRICA

3.1 Base de dados

Primeiramente, cabe destacar que este trabalho adota dados dos anos de 2000 e 2010 em função da disponibilidade, visto que o IQIM foi calculado pelo MPOG apenas para o ano 2000, e obtiveram-se os dados de 2010 do estudo de Santana e Barreto (2016). No mais, cabe informar que, na estratégia empírica, utiliza-se o método de MQ2E, fazendo uso de modelos de regressões para dados de corte transversal (regressões específicas para os anos de 2000 e 2010) e dados em painel (usando um painel de efeitos fixos individuais).

Tabela 3

Base de dados

Variável	Sigla	Unidade
PIB <i>per capita</i>	PIBPC	Reais de 2020 (IPCA)
Índice de Qualidade Institucional Municipal	IQIM	Índice
Consumo de energia elétrica não residencial	ELET	Megawatt por hora
Escolaridade	ESCOL	Anos médios de escolaridade da população de 25 anos ou mais de idade
Investimento municipal <i>per capita</i>	INVPC	Reais de 2020 (IPCA)
IFDM-Educação	IFDME	Índice
Densidade demográfica	DDEM	Habitantes por km ²
Temperatura	TEMP	Graus Celsius
Precipitação	PREC	Milímetros
Latitude	LAT	Graus
Altitude	ALT	Metros

Fonte: Elaborada pelos autores.

O Espírito Santo possui 78 municípios, e quatro deles foram retirados da amostra: Governador Lindenberg, instalado em 2001; Colatina, município do qual o então distrito de Governador Lindenberg se emancipou em 1998, sendo instalado em 2001; Anchieta e Presidente Kennedy, por possuírem PIB *per capita* 2,5 vezes maior do que a média estadual, em função da presença de uma grande planta industrial de pelotas de minério de ferro, no primeiro caso, e da arrecadação de rendas petrolíferas, em ambos os casos. Assim, tais municípios foram vistos como informações atípicas. Nesse contexto, trabalhou-se com 74 municípios. A Tabela 3 traz um resumo das variáveis utilizadas nesta pesquisa.²

É importante destacar novamente que, como variável dependente, representando o crescimento dos municípios do Espírito Santo, adota-se o PIB *per capita* (PIBC), variável testada em estudos empíricos da NEI para identificar diferenças de crescimento, como os de Acemoglu et al. (2001, 2002, 2005). No mais, como previamente descrito, em relação à variável de tratamento do estudo, a qualidade das instituições municipais capixabas, é adotado como *proxy* o IQIM, também utilizado por Naritomi et al. (2012), Pereira et al. (2012), Nakabashi et al. (2013), Leivas et al. (2015) e Santana e Barreto (2016).

Conforme já descrito, a endogeneidade das instituições torna necessária a busca por fontes exógenas de variação das instituições para a realização de análises empíricas. Por isso, como será abordado na estratégia empírica, no primeiro estágio de MQ2E, a qualidade institucional é instrumentalizada por meio das variáveis investimento público municipal *per capita* (INVPC) e IFDM-Educação (IFDME)³ e de variáveis geográficas, a saber: densidade demográfica (DDEM), temperatura (TEMP), precipitação (PREC), latitude (LAT) e altitude (ALT). No que tange às variáveis TEMP e PREC, uma vez que elas não apresentam, em média, grandes variações no tempo, utilizam-se os mesmos valores para 2000 e 2010. As variáveis utilizadas no primeiro estágio mudam, dependendo do tipo de dados: corte transversal ou painel.

No que se refere ao segundo estágio de MQ2E, são utilizadas as seguintes variáveis de controle, além da variável de tratamento IQIM instrumentalizada (\widehat{IQIM}) no primeiro estágio. Como *proxy* para o capital físico, este trabalho

2 Quando necessário, as variáveis foram deflacionadas pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a preços de 2020.

3 Por causa da alta correlação, no segundo estágio, das variáveis ELET e ESCOL com a variável instrumentalizada \widehat{IQIM} , não se utilizaram ELET e ESCOL no primeiro estágio das estimações, optando-se por adotar INVPC e IFDME, também vistas como *proxies* capital físico (K) e capital humano (H), respectivamente.

adota o consumo de energia elétrica não residencial (*ELET*), conforme trabalho de Cangussu et al. (2010). No que se refere ao capital humano, utilizam-se como *proxy* os anos médios de escolaridade da população de 25 anos ou mais (*ESCOL*), seguindo Silva e Resende (2009) e Cangussu et al. (2010). De acordo com Nakabashi e Figueiredo (2008), as variáveis quantitativas não captam a qualidade do ensino e, muitas vezes, fazem o capital humano ser não significativo. Porém, Figueiredo (2011), após revisar trabalhos aplicados ao Brasil, revelou que a mensuração da qualidade do ensino não alteraria significativamente os resultados. No segundo estágio, espera-se que a variável de tratamento (\widehat{IQIM}) e as variáveis de controle (*ELET* e *ESCOL*) tenham sinais positivos.

■ 3.2 Estratégia empírica

Como pode ser observado na revisão de literatura empírica, a maioria das pesquisas, nessa área de estudo, trabalha com dados de corte transversal. Este artigo trabalha com duas estratégias:

- Primeiramente, adota o método de MQ2E, considerando dados de corte transversal para os anos de 2000 e de 2010. Nesse caso, serão estimados modelos individuais para cada ano.
- Depois, usa o método de MQ2E para dados em painel (anos de 2000 e de 2010).

Conforme discutido anteriormente, dimensionar o papel das instituições sobre o desempenho econômico exige cautela, visto que regiões mais desenvolvidas economicamente são mais aptas a sustentar arcabouços institucionais melhores. A endogeneidade das instituições torna necessária a busca por fontes exógenas de variação das instituições para a realização de análises empíricas. Por isso, a qualidade institucional é instrumentalizada no primeiro estágio das regressões, tanto nos modelos de corte transversal quanto nos modelos de dados em painel.

Em relação às estimações individuais (corte transversal), para os anos de 2000 e de 2010, utiliza-se, no primeiro estágio, a Equação (2):

$$IQIM_i = \alpha_0 + \alpha_1 DDEM_i + \alpha_2 TEMP_i + \alpha_3 PREC_i + \alpha_4 LAT_i + \alpha_5 ALT_i + \alpha_6 INVPC_i + \alpha_7 IFDME_i + \varepsilon_i \quad (2)$$

em que $IQIM_{it}$ é o índice de qualidade institucional; $DDEM_{it}$, densidade demográfica; TEM_i , temperatura média anual; $PREC_i$, precipitação média anual; LAT_i , latitude; ALT_i , altitude; $INVPC_i$, investimento público municipal *per capita*; $IFDME_i$, IFDM-Educação; e, ε_i , termo de erro. Por meio da Equação (2), podem-se estimar os valores de $IQIM_i$, denominados \widehat{IQIM}_i .

A Equação (3) refere-se ao segundo estágio, em que se utiliza \widehat{IQIM}_i (instrumentalizado), em vez da variável endógena $IQIM_i$. A equação mensura o efeito da qualidade das instituições (\widehat{IQIM}_i) sobre o PIB *per capita* ($PIBPC_i$), controlando para o consumo de energia elétrica não residencial ($ELET_i$), *proxy* para o capital físico (K_i), e para os anos de escolaridade ($ESCOL_i$), *proxy* para o capital humano (H_i).

$$\log(PIBPC_i) = \beta_0 + \beta_1 \log(\widehat{IQIM}_i) + \beta_2 \log(ELET_i) + \beta_3 \log(ESCOL_i) + \varepsilon_i \quad (3)$$

Uma vez que fatores fixos, constantes no tempo, podem afetar o crescimento econômico dos municípios, optou-se, também, por trabalhar com dados em painel (2000 e 2010). No que se refere aos modelos para dados em painel, esse instrumental permite combinar dados de séries temporais (*time-series*) com dados de corte transversal (*cross-section*). Na abordagem de dados em painel, dois modelos se destacam: o modelo de efeitos fixos e o modelo de efeitos aleatórios (ou modelo de componentes de erro). Neste trabalho, é utilizado o modelo de efeitos fixos, que controla os efeitos das variáveis que foram omitidas do modelo e que podem ser diferentes entre os indivíduos, mas constantes no tempo. Para capturar a diferença entre as diferentes unidades de corte transversal, toma-se o coeficiente de intercepto como constante ao longo do tempo e variando entre os indivíduos (unidades micro). No caso dos coeficientes angulares, eles são considerados constantes entre as unidades micro e ao longo do tempo.

Vale mencionar que as variáveis⁴ temperatura ($TEMP$), precipitação ($PREC$), latitude (LAT) e altitude (ALT), utilizadas para as estimações com dados de corte transversal, não variam ao longo do tempo. Assim, para dados em painel, no primeiro estágio do método de MQ2E, adota-se a Equação (4):

4 Em relação às variáveis $TEMP$ e $PREC$, uma vez que elas não apresentam, em média, grandes variações no tempo, utilizaram-se os mesmos valores para 2000 e 2010.

$$IQIM_{it} = \alpha_{0i} + \alpha_1 DDEM_{it} + \alpha_2 INVPC_{it} + \alpha_3 IFDME_{it} + \varepsilon_{it} \quad (4)$$

em que α_{0i} é um termo constante para cada grupo específico no modelo de regressão. Aqui, cada α_{0i} é tratado como um parâmetro desconhecido a ser estimado.

No que tange ao segundo estágio de MQ2E, tem-se a Equação (5), em que \widehat{IQIM}_{it} é o $IQIM_{it}$ instrumentalizado na Equação (4).

$$\log(PIBPC_{it}) = \beta_{0i} + \beta_1 \log(\widehat{IQIM}_{it}) + \beta_2 \log(ELET_{it}) + \beta_3 \log(ECOL_{it}) + \varepsilon_{it} \quad (5)$$

em que β_{0i} é um termo constante para cada grupo específico no modelo de regressão.

Por fim, considera-se uma variável de interação entre uma *dummy* (d_t), em que $d_t = 0$, se $t=2000$ e, $d_t = 1$, se $t=2010$, e o $\log(\widehat{IQIM}_{it})$, dando origem à Equação (6). Isso permite que seja verificado se o efeito da variável $\log(\widehat{IQIM}_{it})$ mudou ao longo do tempo.

$$\log(PIBPC_{it}) = \beta_{0i} + \beta_1 \log(\widehat{IQIM}_{it}) + \gamma_1 d_t \log(\widehat{IQIM}_{it}) + \beta_2 \log(ELET_{it}) + \beta_3 \log(ECOL_{it}) + \varepsilon_{it} \quad (6)$$

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Tabela 4 apresenta algumas estatísticas descritivas das variáveis Índice de Qualidade Institucional Municipal ($IQIM_i$), consumo de energia elétrica não residencial ($ELET_i$) e anos de escolaridade ($ESCOL_i$), para os anos de 2010. Em relação ao $IQIM$, observa-se que houve um aumento da média e da mediana de 2000 para 2010. O valor máximo do $IQIM$ de 2010 foi um pouco menor do que em 2000, mas o valor mínimo foi maior em 2010, levando a uma redução da amplitude. Essas estatísticas revelam que, em média, considerando o $IQIM$, ocorreu uma melhora institucional nos municípios do Espírito Santo.

Tabela 4

Estatísticas descritivas

	2000			2010		
	<i>IQIM</i>	<i>ELET</i>	<i>ESCOL</i>	<i>IQIM</i>	<i>ELET</i>	<i>ESCOL</i>
Média	3,27	6,13	2,72	3,60	7,09	4,66
Mediana	3,30	5,44	2,30	3,60	5,74	4,18
Máximo	4,60	26,78	10,63	4,50	19,92	15,18
Mínimo	2,20	0,77	1,12	2,70	2,38	2,39
Desvio padrão	0,39	3,89	1,42	0,41	4,01	2,01
Assimetria	0,09	2,36	3,01	-0,02	1,56	2,64
Curtose	4,59	12,40	16,07	2,45	5,30	12,92
Observações	74	74	74	74	74	74

Fonte: Elaborada pelos autores.

Na Tabela 5 são apresentados os resultados quando considerado o ano de 2000: primeiro estágio e segundo estágio. Em ambos os estágios, os modelos foram estimados usando erros padrão robustos de White. No que diz respeito ao primeiro estágio, mesmo com diversas variáveis insignificantes individualmente, optou-se por deixá-las no modelo estimado, uma vez que: 1. essas variáveis são utilizadas em diversos estudos empíricos; e 2. em conjunto, elas foram estatisticamente significativas para explicar *IQIM*. No que se refere ao baixo coeficiente de determinação, especialmente no primeiro estágio, isso já era esperado para dados de corte transversal, em que é difícil prever o comportamento individual dos municípios (Wooldridge, 2012).

Em relação às estimações para o segundo estágio, nota-se, pela estatística F, que a regressão é significativa como um todo (coeficientes de efeitos marginais conjuntamente significativos estatisticamente). O coeficiente da variável que representa a qualidade institucional, no segundo estágio representada por $\log(\widehat{IQIM}_{it})$, revelou-se positivo e significativo ao nível de 5%. Dessa forma, verifica-se que, já no ano de 2000, melhores instituições influenciavam positivamente o PIB *per capita* dos municípios do Espírito Santo, corroborando a teoria da NEI no sentido de que instituições são importantes e colaboram com a promoção e a manutenção do crescimento econômico.

Tabela 5

Efeitos das instituições sobre o crescimento (ano 2000)

Variáveis	1° estágio		2° estágio	
	Coefficiente	Erro padrão	Coefficiente	Erro padrão
Intercepto	0,6833 ^{ns}	3,4816	6,8400***	0,7920
DDEM	0,0002 ^{ns}	0,0002	-	-
TEMP	-0,0188 ^{ns}	0,0731	-	-
PREC	0,0066 ^{ns}	0,0101	-	-
LAT	-0,0528 ^{ns}	0,0704	-	-
ALT	-9,02E-06 ^{ns}	0,0003	-	-
INVPC	0,0002 ^{ns}	0,0003	-	-
IFDME	1,8870***	0,6260	-	-
Log (\widehat{IQIM})	-	-	1,5935**	0,7168
Log (ELET)	-	-	0,1638*	0,0901
Log (ESCOL)	-	-	0,5301***	0,1302
R ²	0,2584		0,4017	
R ² ajustado	0,1798		0,3761	
Estatística F	3,2856***		15,6654***	

Fonte: Elaborada pelos autores.

Notas. *** significativo a 10%; ** significativo a 5%; * significativo a 1%; ^{ns} não significativo. Os modelos foram estimados usando erros padrão robustos de White.

Além disso, verifica-se, na Tabela 5, que a variável consumo de energia elétrica não residencial ($\log(ELET)$), proxy para o capital físico (K), apresentou coeficiente positivo e significativo ao nível de 10%, indo ao encontro da teoria no que diz respeito ao fato de o capital físico afetar positivamente, de forma direta, o PIB *per capita* ($\log(PIBPC)$). Além disso, o parâmetro da variável anos de escolaridade ($\log(ESCOL)$), proxy para o capital humano (H), mostrou-se positivo e significante ao nível de 1%.

Os resultados da Tabela 6 referem-se ao ano de 2010: primeiro estágio e segundo estágio. Novamente, no primeiro estágio, optou-se por manter variáveis insignificantes nas estimativas. Nos dois estágios, os modelos foram estimados usando erros padrão robustos de White. Conforme observado, também, para o ano de 2010, o coeficiente da variável que mede qualidade das instituições demonstrou-se positivo e significativo. No mais, os coeficientes das variáveis proxies para capital físico e capital humano foram positivos e significativos.

Tabela 6

Efeitos das instituições sobre o crescimento (ano 2010)

Variáveis	1° estágio		2° estágio	
	Coefficiente	Erro padrão	Coefficiente	Erro padrão
Intercepto	-1,8000 ^{ns}	3,9873	6,1696 ^{***}	1,0112
DDEM	0,0002 ^{**}	8,31E-05	-	-
TEMP	0,1011 ^{ns}	0,0786	-	-
PREC	0,0119 ^{ns}	0,0106	-	-
LAT	-0,1001 ^{ns}	0,0751	-	-
ALT	0,0005 ^{ns}	0,0004	-	-
INVPC	9,57E-06 ^{ns}	0,0002	-	-
IFDME	-0,2839 ^{ns}	0,9474	-	-
Log (\widehat{IQIM})	-	-	1,5542*	0,7726
Log (ELET)	-	-	0,3374 ^{***}	0,0813
Log (ESCOL)	-	-	0,8229 ^{***}	0,1166
R ²	0,1686		0,5238	
R ² ajustado	0,0689		0,5033	
Estatística F	1,7982*		25,6644 ^{***}	

Fonte: Elaborada pelos autores.

Notas. *** significativo a 1%; ** significativo a 5%; * significativo a 10%; ^{ns} não significativo a 10%. Os modelos foram estimados usando erros padrão robustos de White.

Como descrito anteriormente, considerando que fatores fixos, constantes no tempo, podem influenciar o crescimento econômico dos municípios, estimou-se, também, um modelo com efeitos fixos individuais. A Tabela 7 apresenta os resultados para o primeiro⁵ e para o segundo estágio. No caso do segundo estágio, estimou-se um modelo sem uma variável de interação (segundo estágio – sem interação) e um modelo com uma variável de interação (segundo estágio – com interação). A interação se dá entre uma *dummy* (d_t), em que $d_t = 0$, se $t = 2000$ e, $d_t = 1$, se $t = 2010$, e o $\log(\widehat{IQIM}_{it})$, permitindo

5 As variáveis temperatura (TEMP), precipitação (PREC), latitude (LAT) e altitude (ALT), utilizadas para as estimações com dados de corte transversal, não variam ao longo do tempo. Assim, no primeiro estágio do método de MQ2E, para dados em painel, não se consideraram essas variáveis.

que seja verificado se o efeito da variável $\log(\widehat{IQIM}_{it})$ sobre o crescimento mudou ao longo do tempo. Nas estimativas, adotou-se o método Mínimos Quadrados Generalizados (*cross-section weights*).

Os resultados da Tabela 7 revelam que, considerando um painel com efeitos fixos, a variável qualidade das instituições ($\log(\widehat{IQIM}_{it})$) apresentou coeficiente estatisticamente significativo a 1% e teve efeitos positivos sobre o crescimento dos municípios do Espírito Santo, em ambos os modelos estimados para o segundo estágio (sem variável de interação e com variável de interação). Ademais, os coeficientes das variáveis *proxies* para capital físico e capital humano foram positivos e significativos.

Tabela 7

Efeitos das instituições sobre o crescimento: painel (anos 2000 e 2010)

Variáveis	1º estágio		2º estágio – sem interação		2º estágio – com interação	
	Coef.	Ep	Coef.	Ep	Coef.	Ep
Intercepto	1,9277	0,1043***	7,0388***	0,1305	8,8710***	0,1874
DDEM	0,0011	0,0006*	-	-	-	-
INVPC	7.48E-05 ^{ns}	6.76E-05	-	-	-	-
IFDME	1,8405***	0,0822	-	-	-	-
$\log(\widehat{IQIM})$	-	-	1,5284***	0,1234	0,3490***	0,1569
$d*\log(\widehat{IQIM})$	-	-	-	-	0,3152***	0,0150
$\log(ELET)$	-	-	0,0844***	0,0029	0,0547***	0,0057
$\log(ESCOL)$	-	-	0,5694***	0,0171	0,1131***	0,0267
R ²	0,9993		0,9995		0,9988	
R ² ajustado	0,9987		0,9990		0,9975	
Estatística F	1.536,59***		1.935,74***		774,0730***	

Fonte: Elaborada pelos autores.

Notas. *** significativo a 1%; ** significativo a 10%; ^{ns} não significativo a 10%. Utilizou-se o método Mínimos Quadrados Generalizados (*cross-section weights*), com efeitos fixos. Coef. = Coeficiente e Ep = Erro padrão.

Os resultados encontrados para os municípios do Espírito Santo estão em linha com a literatura empírica da NEI, que mostra efeitos positivos das instituições sobre o crescimento econômico. Mas os resultados encontrados pelo presente estudo vão além disso, em comparação com outros estudos: 1. as estimativas demonstram que a educação é também um canal importante para o crescimento dos municípios capixabas, diferentemente de Niquito et al. (2018), que não identificaram impactos robustos do capital humano na renda *per capita* dos municípios brasileiros; 2. as estimativas também revelam um efeito positivo do capital físico sobre o crescimento dos municípios capixabas, ao contrário do verificado por Pereira et al. (2012) para os municípios do Paraná, ao não identificarem impactos robustos para tal variável.

Em síntese, tomando como base todos os modelos estimados na análise empírica, verifica-se que o indicador de qualidade das instituições é significativo e positivamente correlacionado com o crescimento dos municípios capixabas. Assim, diferenças nas instituições *de jure* e *de facto* podem explicar diferenças no nível de crescimento dos municípios do Espírito Santo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O foco deste trabalho foi verificar se a qualidade das instituições municipais influencia positivamente as taxas de crescimento dos municípios capixabas. Para tanto, utilizaram-se dados de 2000 e de 2010. Como metodologia, adotou-se o método de MQ2E, fazendo uso de modelos de regressão para dados de corte transversal (regressões específicas para os anos de 2000 e 2010) e dados em painel (usando um painel de efeitos fixos individuais).

Nesse contexto, a análise empírica demonstrou que o IQIM é significativo para explicar as diferenças no PIB *per capita* dos municípios capixabas. Além disso, os resultados indicaram a existência de um efeito direto do capital humano e do capital físico sobre o crescimento econômico. No mais, analisando-se o IQIM, verificou-se que, em média, a qualidade das instituições tem melhorado nos municípios do Espírito Santo.

O processo de desenvolvimento de instituições, conforme mostram os estudos da NEI, é de médio a longo prazo. Por isso, o fato de as estimativas realizadas no presente estudo apresentarem resultados positivos e robustos para a qualidade das instituições sobre o PIB *per capita* pode ser um indicador de que a qualidade das instituições municipais capixabas vem melhorando de forma consistente há algumas décadas.

Ademais, o trabalho de melhoria da qualidade das instituições deve ser contínuo e consistente ao longo do tempo para que a sociedade sinta seus efeitos. Dessa forma, os gestores municipais capixabas devem perseguir, entre outros objetivos, melhorar a qualidade das instituições locais. Para isso, é importante que esses gestores: 1. incentivem a participação da sociedade nas decisões locais por meio de atuação em Conselhos Municipais e por meio do Orçamento Participativo, em que os munícipes são convidados a opinar sobre o orçamento de investimento em sua cidade; 2. atuem com responsabilidade fiscal, pois isso auxiliará no aumento da capacidade de investimentos do executivo municipal; 3. aperfeiçoem continuamente os instrumentos de gestão municipal, bem como elaborem plano estratégico para planejar a cidade para o futuro. Esse é o caminho que cidades do Espírito Santo, como Vitória, Serra e Linhares, escolheram nos últimos anos e atualmente colhem bons frutos.

Como próximo tema de pesquisa, fica pendente uma análise que relacione de forma mais direta, inclusive em termos quantitativos, os elos entre as evoluções institucionais do estado do Espírito Santo e dos seus municípios (inclusive comparando-as com a evolução institucional de outros estados e seus respectivos municípios), que, mesmo não estando entre os objetivos do presente artigo, foi sugerida ao longo do trabalho. No mais, o cálculo de um indicador de qualidade institucional, para períodos mais recentes, permitirá uma análise empírica mais atual da relação entre a qualidade das instituições e o crescimento dos municípios capixabas.

THE IMPACT OF THE QUALITY OF INSTITUTIONS ON THE ECONOMIC GROWTH OF THE MUNICIPALITIES OF ESPÍRITO SANTO

Abstract

Espírito Santo is nationally recognized as an example of institutional evolution and constant improvement in the quality of its public policies in recent decades, but there was still no study of this type about its municipalities. The objective of this work is to verify whether the quality of municipal institutions in Espírito Santo positively influences their growth rates, using data from 2000 and 2010. Regarding the empirical strategy, the method of Least Squares in Two Stages is

adopted, making the use of regression models for cross-sectional data (specific regressions for the years 2000 and 2010) and panel data (using a panel of individual fixed effects). The results reveal that the quality of institutions had a positive impact on the growth of municipalities in Espírito Santo in both models.

Keywords: economic growth; cross-sectional data; panel data; economy of Espírito Santo; institutions.

Referências

- Acemoglu, D., Johnson, S., & Robinson, J. (2001). The colonial origins of comparative development: An empirical investigation. *American Economic Review*, 91(5), 1369–1401. <https://doi.org/10.1257/aer.91.5.1369>
- Acemoglu, D., Johnson, S., & Robinson, J. (2002). Reversal of fortune: Geography and institutions in the making of the Modern World income distribution. *Quarterly Journal of Economics*, 117(4), 1231–1294. <https://doi.org/10.1162/003355302320935025>
- Acemoglu, D., Johnson, S., & Robinson, J. (2005). Institutions as the fundamental cause of long run growth. In P. Aghion & S. Durlauf (Eds.), *Handbook of economic growth* (1st ed., pp. 386–472). Elsevier.
- Acemoglu, D., & Robinson, J. (2012). *Por que as nações fracassam? As origens do poder, da prosperidade e da pobreza*. Elsevier.
- Acemoglu, D., & Robinson, J. (2019). *The narrow corridor: States, societies, and the fate of liberty*. Penguin Press.
- Cangussu, R. C., Salvato, M. A., & Nakabashi, L. (2010). Uma análise do capital humano sobre o nível de renda dos estados brasileiros: MRW versus Mincer. *Estudos Econômicos*, 40(1), 153–183. <https://doi.org/10.1590/S0101-41612010000100006>
- Canzian, F. (2018, Agosto 8). Ranking *Folha mostra quais estados fazem mais com menos*. Folha de S.Paulo. <http://temas.folha.uol.com.br/reef/reportagens-e-analises/ranking-folha-mostra-quais-estados-fazem-mais-com-menos.shtml>
- Centro de Liderança Pública (2021). *Ranking de competitividade dos municípios*. Edição 2021, data-base 2020. <https://municipios.rankingdecompetitividade.org.br/>
- Controladoria-Geral da União (2021). *Escala Brasil Transparente*. Edição 2021, data-base 2020. <https://mbt.cgu.gov.br/publico/home>
- Dias, B., Nossa, V., & Monte-Mor, D. (2018). O investimento público influencia na reeleição? Um estudo empírico nos municípios do estado do Espírito Santo. *Revista de Administração Pública*, 52(5), 880–898. <https://doi.org/10.1590/0034-7612172594>

- Durlauf, S. (2020). Institutions, development, and growth: Where does evidence stand? In J. M. Baland, F. Bourguignon, J. P. Platteau, & T. Verdier, *Handbook of economic development and institutions* (pp. 189–217). Princeton University Press. <https://doi.org/10.1515/9780691192017-008>
- Federação das Indústrias do Espírito Santo (2021). *Indicador de Ambiente de Negócios, edição 2021*. Observatório da indústria. <https://portaldaindustria-es.com.br/ambiente-de-negocios>
- Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (s. d.). *Dados do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal para os municípios do Espírito Santo*. <https://www.firjan.com.br/ifdm/>
- Ferreira, G., Bienenstein, G., & Lira, P. (2018). Vitória do Futuro (1996-2010): Marco e difusor do planejamento estratégico de cidades no estado do Espírito Santo, Brasil. *Dimensões*, 40, 109–131. <https://doi.org/10.23871/dimensoes-n40-20445>
- Figueiredo, L. (2011). Incerteza sobre o impacto do capital humano na desigualdade de renda no Brasil. *Economia & Tecnologia*, 7(1), 79–86. <http://dx.doi.org/10.5380/ret.v7i1.26847>
- Instituto de Desenvolvimento Educacional e Industrial do Espírito Santo (2020). *Boletim Econômico Capixaba*, 4(35), 1–30. https://portaldaindustria-es.com.br/system/repositories/files/000/000/715/original/Boletim-Julho_2020.pdf?1596219366
- Instituto Jones dos Santos Neves (2022). *Estatísticas de Contas Regionais dos municípios do Espírito Santo*. <http://www.ijns.es.gov.br/artigos/6093-produto-interno-bruto-pib-dos-municipios-2019>
- Leão, L., Ribeiro, H. M. D., Bastos, S. Q. A., & Hermeto, A. M. (2020). Indicador de Desenvolvimento Institucional Municipal: Impactos sobre a economia dos municípios brasileiros. *Estudos Econômicos*, 50(4), 733–766. <https://doi.org/10.1590/0101-41615046lhsa>
- Leivas, P. H. S., Menezes, G. R., Cravo, T. A., & Santos, A. M. A. (2015). A geografia das instituições: Uma abordagem espacial para os municípios brasileiros. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, 9(2), 169–185. <https://revistaaber.org.br/rberu/article/view/122>
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (2002). *Agenda político-institucional*. [Mimeo].
- Nakabashi, L. (2020). A importância da qualidade institucional no desenvolvimento das regiões brasileiras. *Revista Brasileira de Economia*, 74(4), 465–493. <https://doi.org/10.5935/0034-7140.20200022>.
- Nakabashi, L., & Figueiredo, L. (2008). Capital humano: Uma nova proxy para incluir aspectos qualitativos. *Revista de Economia*, 34(1), 7–24. <http://dx.doi.org/10.5380/re.v34i1.5981>.
- Nakabashi, L., Sachside, A., & Pereira, A. E. G. (2013). Institutions and growth: A developing country case study. *Journal of Economic Studies*, 40(5), 614–634. <https://doi.org/10.1108/JES-09-2011-0111>
- Naritomi, J. (2007). *Herança colonial, instituições e desenvolvimento*. [Dissertação de mestrado não publicada]. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- Naritomi, J., Soares, R., & Assunção, J. (2012). Institutional development and colonial heritage within Brazil. *The Journal of Economic History*, 72(2), 393–424. <https://www.jstor.org/stable/23256943>

Niquito, T. W., Ribeiro, F. G., & Portugal, M. S. (2018). Institutions or human capital: Which is more important for economic performance? Evidence from Brazil. *Economic Bulletin*, 38(2), 1069–1076. <https://econpapers.repec.org/article/eblecbull/eb-17-00841.htm>

Pereira, A. E. G., Nakabashi, L., & Salvato, M. (2012). Instituições e nível de renda: Uma abordagem empírica para os municípios paranaenses. *Nova Economia*, 22(3), 597–620. <https://doi.org/10.1590/S0103-63512012000300006>

Ribeiro, H. M. D., Bastos, S. Q. A., & Oliveira, A. M. H. C. (2017). Arranjos institucionais e desenvolvimento: Uma análise multivariada e espacial para municípios de Minas Gerais. *Análise Econômica*, 35(68), 231–262. <https://doi.org/10.22456/2176-5456.47686>

Rodrik, D., Subramanian, A., & Trebbi, F. (2004). Institutions rule: The primacy of institutions over geography and integration in economic development. *Journal of Economic Growth*, 9, 131–165. <https://doi.org/10.1023/B:JOEG.0000031425.72248.85>

Santana, A. S., & Barreto, R. C. S. (2016). Qualidade institucional e desempenho econômico: Análise empírica dos municípios brasileiros, 2010. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, 10(2), 253–271. <https://revistaaber.org.br/rberu/article/view/163>

Shirley, M. M. (2008). Institutions and development. In C. Ménard & M. M. Shirley (Eds.). *Handbook of New Institutional Economics* (pp. 611–638). Springer. <https://indomarine.webs.com/documents/Handbook%20of%20New%20Institutional%20Economics.pdf>

Silva, A. M., & Resende, G. M. (2009). Crescimento econômico comparado dos municípios alagoanos e mineiros: Uma análise espacial. *Economia Política do Desenvolvimento*, 1(6), 133–160. <https://www.seer.ufal.br/ojs2-somente-consulta/index.php/repd/article/viewFile/133/123>

Wooldridge, J. M. (2012). *Introductory econometrics: A modern approach*. Cengage Learning.

World Bank (2002). *Building institutions for markets*. Oxford University Press.